

2014

**Divulgação dos Resultados Consolidados do
Primeiro Trimestre (1T14)**



1T14: 175,6 MILHÕES DE VEIC. EQ. PEDAGIADOS (+1,1%), REC. LÍQUIDA DE R\$ 905,1 MILHÕES (+22,6%), EBITDA AJUSTADO DE R\$ 354,8 MILHÕES (+8,3%) E LUCRO LÍQUIDO DE R\$ 100,9 MILHÕES (+8,8%)
AGENDA DE DIVULGAÇÃO
TELECONFERÊNCIA

EM PORTUGUÊS

Sexta-feira (09/05/2014)
10:00 (São Paulo)
09:00 (US Eastern Time)
Tel.: +55 (11) 3193-1001
Código: ARTERIS
Replay: Entre 09/05 e 15/05
Fone: +55 (11) 3193-1012
Código: 1634834#

EM INGLÊS

Sexta-feira (09/05/2014)
12:00 (São Paulo)
11:00 (US Eastern Time)
Tel.: +55 (11) 3193-1001
Código: ARTERIS
Replay: Entre 09/05 e 15/05
Fone: +55 (11) 3193-1012
Código: 7870724#

WEBCAST

O áudio da teleconferência será transmitido ao vivo pela internet através do link <http://webcall.rweb.com.br/arteris> e ficará disponível no site da Companhia após o evento.

São Paulo, 08 de maio de 2014 – Arteris S.A. – (Novo Mercado da BM&FBovespa: ARTR3) anuncia seus resultados consolidados do 1T14, período encerrado em 31 de março de 2014. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em base consolidada e em Reais, de acordo com a Legislação Societária.

DESTAQUES 1T14

- **Tráfego Pedagiado:** 175,6 milhões de veículos equivalentes registrados no 1T14, com crescimento de 1,1% em relação ao 1T13. Em bases comparáveis (sem efeitos não recorrentes), o crescimento foi de 5,4%.
- **Receita de Pedágio:** Crescimento de 7,2% com relação ao 1T13, em função do aumento do tráfego consolidado e reajustes tarifários nas rodovias federais, totalizando R\$ 575,2 milhões. As rodovias estaduais apresentaram crescimento de 10,8% e as federais de 2,6%.
- **EBITDA Ajustado:** Aumento de 8,3%, totalizando R\$ 354,8 milhões com margem EBITDA ajustada* de 67,3% (+3,2 p.p.).
- **Lucro Líquido:** Melhora de 8,8% na comparação com o 1T13, registrando um total de R\$ 100,9 milhões.
- **Endividamento:** A dívida líquida totalizou R\$ 3,3 bilhões ao final do 1T14, com um aumento de 5,7% em relação ao 4T13. O grau de alavancagem, medido pela relação Dívida Líquida / EBITDA Ajustado - Ônus Fixo (últ. 12 meses), ficou em 2,4x.
- **Investimentos:** Desembolso de R\$ 375,8 milhões em ativos intangíveis e imobilizados e manutenção de rodovias no 1T14.



Indicadores Financeiros	1T14	4T13	1T13	Var% 1T14/4T13	Var% 1T14/1T13
Veículos equivalentes (Mil)	175.596	184.980	173.731	-5,1%	1,1%
Receita de pedágio (R\$ Mil)	575.235	603.834	536.515	-4,7%	7,2%
Receita líquida (R\$ Mil)	905.060	940.690	738.121	-3,8%	22,6%
EBITDA (R\$ Mil)	316.347	328.659	278.839	-3,7%	13,5%
EBITDA Ajustado (R\$ Mil) ¹	354.840	374.227	327.733	-5,2%	8,3%
Lucro líquido (R\$ Mil)	100.858	137.618	92.724	-26,7%	8,8%
Margem EBITDA*	60,0%	58,9%	54,5%	1,1 p.p.	5,5 p.p.
Margem EBITDA ajustado*	67,3%	67,1%	64,1%	0,2 p.p.	3,2 p.p.
Patrimônio líquido (R\$ Mil)	1.980.431	1.879.573	1.699.808	5,4%	16,5%
Ativos totais (R\$ Mil)	8.016.382	7.369.011	6.107.315	8,8%	31,3%
Dívida bruta / Capitalização total ²	70,1%	68,7%	65,2%	1,4 p.p.	4,9 p.p.
Dívida líquida (R\$ Mil)	3.258.325	3.083.830	2.487.627	5,7%	31,0%
Dívida líquida / EBITDA ajustado excl. ônus fixo ³	2,4	2,3	2,0	0,1	0,4

¹ Considera ajustes relativos a reversões da provisão p/ manutenção de rodovias.

² Capitalização total = patrimônio líquido + dívida bruta

³ EBITDA Ajustado acumulado nos últimos 12 meses

* Margem EBITDA baseada na Receita Operacional Líquida, excluindo Receitas de Construção

BM&FBovespa: ARTR3
Bloomberg: ARTR3 BZ
Thomson Reuters: ARTR.BR

Atualização em 07/05/2014
Preço Fech.: R\$ 18,47 por ação
Valor de Mercado: R\$ 6,4 bilhões

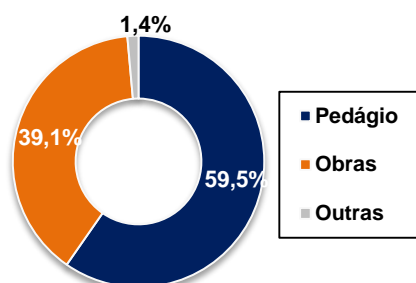
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS					
(Em milhares de reais)					
	1T14	4T13	1T13	Var% 1T14/4T13	Var% 1T14/1T13
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	966.719	1.001.165	790.653	-3,4%	22,3%
Receitas de pedágio	575.235	603.834	536.515	-4,7%	7,2%
Estaduais	333.330	357.049	300.789	-6,6%	10,8%
Autovias	80.621	84.813	72.833	-4,9%	10,7%
Centrovias	87.179	93.990	78.833	-7,2%	10,6%
Intervias	91.138	97.175	82.045	-6,2%	11,1%
Vianorte	74.392	81.071	67.078	-8,2%	10,9%
Federais	241.905	246.785	235.726	-2,0%	2,6%
Planalto Sul	27.545	26.879	24.860	2,5%	10,8%
Fluminense	38.136	41.270	38.855	-7,6%	-1,9%
Fernão Dias	60.236	60.230	55.269	0,0%	9,0%
Régis Bittencourt	66.322	69.994	64.936	-5,2%	2,1%
Litoral Sul	49.666	48.412	51.806	2,6%	-4,1%
Outras receitas	13.793	14.347	27.332	-3,9%	-49,5%
Receitas de obras	377.691	382.984	226.806	-1,4%	66,5%
DEDUÇÕES DA RECEITA	(61.659)	(60.475)	(52.532)	2,0%	17,4%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	905.060	940.690	738.121	-3,8%	22,6%
CUSTOS E DESPESAS	(588.713)	(612.031)	(459.282)	-3,8%	28,2%
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(126.475)	(129.964)	(143.711)	-2,7%	-12,0%
Custo dos serv. de construção	(377.691)	(382.984)	(226.806)	-1,4%	66,5%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(45.711)	(48.774)	(39.978)	-6,3%	14,3%
Remuneração da administração	(5.251)	(6.134)	(4.418)	-14,4%	18,9%
Despesas tributárias	(1.008)	(760)	(809)	32,6%	24,6%
Provisão para manutenção em rodovias	(38.493)	(45.568)	(48.894)	-15,5%	-21,3%
Outras receitas operacionais, líquidas	5.916	2.153	5.334	174,8%	10,9%
EBITDA	316.347	328.659	278.839	-3,7%	13,5%
Margem EBITDA*	60,0%	58,9%	54,5%		
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(77.773)	(77.011)	(65.614)	1,0%	18,5%
Depreciações e amortizações	(77.773)	(77.011)	(65.614)	1,0%	18,5%
RESULTADO FINANCEIRO	(83.752)	(79.366)	(70.301)	5,5%	19,1%
Receitas financeiras	24.043	22.743	12.625	5,7%	90,4%
Despesas financeiras	(107.789)	(102.110)	(82.912)	5,6%	30,0%
Variação cambial, líq.	(6)	1	(14)		
LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	154.822	172.282	142.924	-10,1%	8,3%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(53.964)	(34.664)	(50.200)	55,7%	7,5%
Corrente	(56.616)	(60.911)	(48.486)	-7,1%	16,8%
Diferido	2.652	26.247	(1.714)	-89,9%	-254,7%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	100.858	137.618	92.724	-26,7%	8,8%

* A Margem EBITDA considera a Receita Operacional Líquida excluindo as Receitas de Obras.

Desempenho Econômico-Financeiro

Receita Bruta de Serviços

Composição da Receita Bruta 1T14

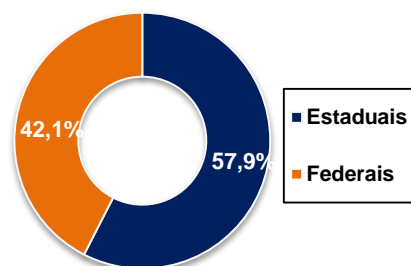


A Arteris inicia o ano de 2014 com um **crescimento** de **22,3%** em sua receita bruta, que passou de R\$ 790,7 milhões no 1T13, para **R\$ 966,7 milhões** neste primeiro trimestre. Esta melhora é o resultado da combinação do **crescimento** consolidado do **tráfego** e das **tarifas** de pedágio da Companhia, além de um **acelerado ritmo de investimentos** nas rodovias federais, o que impulsionou as receitas com obras.

No 1T14, do total da receita bruta, 59,5% foram provenientes das **receitas com pedágio** que **cresceram 7,2%** totalizando **R\$ 575,2 milhões**. Já as **receitas de obras** (sem efeito caixa), registraram um **aumento de 66,5%** contribuindo com **R\$ 377,7 milhões**, ou 39,1% do total e as **outras receitas** foram de **R\$ 13,8 milhões**.

Receita de Pedágio

Composição da Receita de Pedágio 1T14



Conforme comentado, as receitas com pedágio auferidas pela Companhia no 1T14 somaram **R\$ 575,2 milhões**, com alta de 7,2%. A maior parte desta receita foi oriunda das **concessões estaduais**, que contribuíram com **57,9% do total**, tendo **crescido 10,8%** em relação ao 1T13 com um montante de **R\$ 333,3 milhões**. Este destacado crescimento (superior ao apresentado pelas rodovias federais) é ainda o reflexo da adição de novos veículos equivalentes pelo advento da cobrança dos eixos suspensos de caminhões, autorizada pelo Governo do Estado de São Paulo no sentido de compensar o congelamento das tarifas de pedágio ocorrido em julho de 2013.

Com relação às **rodovias federais**, o **crescimento** registrado foi de **2,6%**, totalizando uma receita de pedágio de **R\$ 241,9 milhões**. Apesar do crescimento médio das tarifas, o resultado foi impactado por efeitos não recorrentes na evolução do tráfego de duas concessionárias (Autopista Fluminense e Autopista Litoral Sul), conforme será detalhado em seguida.

Tráfego Pedagiado: O **volume total** de tráfego pedagiado da Companhia no 1T14, foi de **175.596 mil veículos**, o que representou um **incremento de 1,1%** em relação ao 1T13.

Em **bases comparáveis** (sem os efeitos não recorrentes provenientes das Autopistas Fluminense e Autopista Litoral Sul – vide explicação na próxima página), o **crescimento** do tráfego da Arteris neste 1T14, foi de **5,4%**.

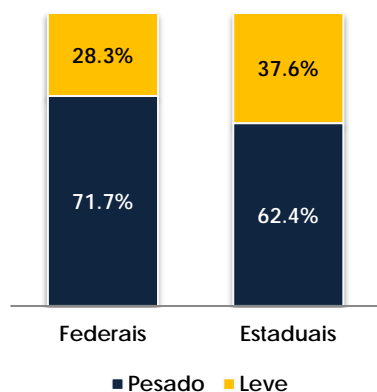
Veículos Equivalentes (Mil)	1T14	4T13	1T13	Var% 1T14/4T13	Var% 1T14/1T13
Estaduais	51.489	55.109	46.437	-6,6%	10,9%
Autovias	11.847	12.484	10.709	-5,1%	10,6%
Centrovias	14.182	15.232	12.768	-6,9%	11,1%
Intervias	16.197	17.312	14.601	-6,4%	10,9%
Vianorte	9.262	10.080	8.359	-8,1%	10,8%
Federais	124.107	129.871	127.294	-4,4%	-2,5%
Planalto Sul	7.245	7.411	6.906	-2,2%	4,9%
Fluminense	11.359	12.496	12.045	-9,1%	-5,7%
Fernão Dias	40.147	42.627	39.478	-5,8%	1,7%
Régis Bittencourt	36.833	38.870	36.076	-5,2%	2,1%
Litoral Sul	28.523	28.468	32.789	0,2%	-13,0%
Total	175.596	184.980	173.731	-5,1%	1,1%

Desde o momento em que o Governo do Estado de São Paulo autorizou todas as concessionárias estaduais a cobrarem pelos **eixos suspensos** de veículos pesados, o crescimento do tráfego destas rodovias vem sendo reforçado pela adição destes novos veículos equivalentes. Já amplamente divulgada, esta medida se deu em julho de 2013 para compensar o congelamento de tarifas ocorrido naquele ano e está ainda em vigor por prazo indeterminado. Os efeitos desta cobrança variam para cada rodovia de acordo com o seu *mix* de veículos, em maior ou menor grau pela participação de veículos pesados na composição do total do tráfego. De qualquer forma, todas **as concessionárias estaduais da Companhia vêm apresentando crescimentos de tráfego de dois dígitos**, uma combinação do **crescimento orgânico** de cada uma delas somado à **adição dos eixos suspensos**. No 1T14, o total de veículos equivalentes das **rodovias estaduais** foi de 51.489 mil, com um **crescimento de 10,9%**.

Da mesma forma do ocorrido ao longo do segundo semestre de 2013, as **rodovias federais** apresentaram uma retração no total do tráfego pedagiado. No 1T14, a **redução** foi de **2,5%** em relação ao mesmo período do ano anterior. Esta queda se deu unicamente em função de **dois efeitos não recorrentes** apresentados pela **Autopista Fluminense e Autopista Litoral Sul**.

Na **Autopista Fluminense**, em cumprimento à decisão liminar concedida pelo Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Campos dos Goytacazes (RJ), foi suspensa a cobrança de pedágio nas Praças P1 e P2 a partir da zero hora do dia 14/01/2014. Esta decisão arbitrária foi contestada judicialmente pela Companhia e acolhida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro em favor da Concessionária, o que permitiu o reestabelecimento da cobrança às 10h00min da manhã do dia 11/02/2014. Neste sentido, o fechamento por quase um mês destas importantes praças de pedágio, foi o que causou a redução de 5,7% do tráfego pedagiado da Autopista Fluminense sendo que, **em bases comparáveis, o crescimento da Concessionária teria sido de 4,3%** em relação ao 1T13. As perdas de receita, no montante de aproximadamente R\$ 4,2 milhões, foram pleiteadas pela Concessionária junto ao Poder Concedente para o reequilíbrio do contrato na próxima revisão tarifária.

Composição do Tráfego (Veículos Equivalentes) 1T14



E na **Autopista Litoral Sul**, desde junho de 2013 foi suspensa a cobrança de pedágio da praça localizada no Município de Palhoça (SC) até que esta seja transferida para uma nova localidade, em cumprimento à determinação da ANTT, o que causou uma queda de 13% no tráfego pedagiado em relação ao 1T13, sendo que, **em base comparáveis, o crescimento da Concessionária teria sido de 6,1%** em relação ao 1T13. A nova praça já foi construída e está em fase de testes operacionais com previsão de retomar suas atividades ao longo do 2T14. Como parte da compensação para os investimentos na nova praça, custos operacionais adicionais e a perda de tráfego, a Companhia assinou aditivo contratual no valor de R\$ 175 milhões utilizando a metodologia do fluxo de caixa marginal, recebendo em contrapartida aumentos de tarifas em adição ao repasse da inflação.

Ao **excluirmos estes dois efeitos não recorrentes**, tornando as bases de tráfego comparáveis (desconsiderando a praça P5 da Autopista Litoral Sul e as P1 e P2 da Autopista Fluminense), o **crescimento real das rodovias federais** teria sido de **3,2%** e o **crescimento total** do tráfego da **Arteris** teria sido de **5,4%**.

A **composição do tráfego pedagiado** (medida em veículos equivalentes) no 1T14 foi de **62,4%** de **veículos pesados** e **37,6%** de **veículos leves** nas **concessões estaduais**; e de **71,7%** de **veículos pesados** e **28,3%** de **veículos leves** nas **concessões federais**.

Tarifa Média: A **tarifa média consolidada** praticada pela Arteris em suas praças de pedágio no 1T14 foi de **R\$ 3,28**, representando um **incremento** de **6,1%** em relação à tarifa média do 1T13.

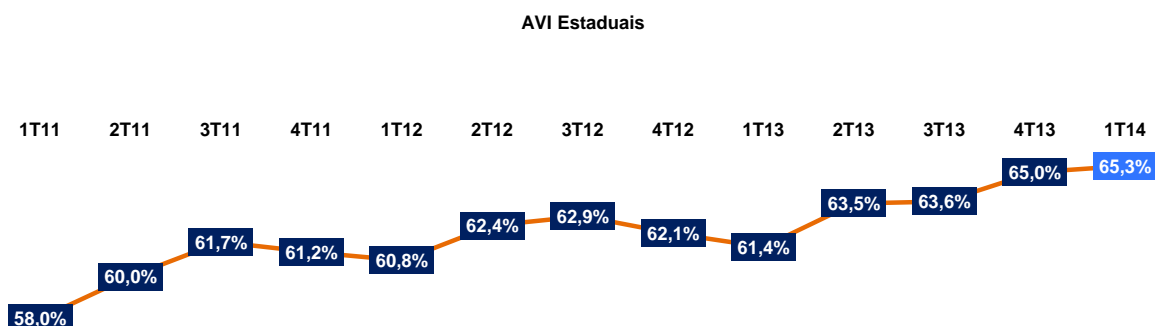
Segue tabela com a evolução consolidada comparativa da tarifa média para cada uma das concessionárias:

Tarifa Média (R\$ / Veic. Equiv.)	1T14	4T13	1T13	Var% 1T14/4T13	Var% 1T14/1T13
Estaduais	6,47	6,48	6,48	-0,1%	-0,1%
Autovias	6,81	6,79	6,80	0,2%	0,1%
Centrovias	6,15	6,17	6,17	-0,4%	-0,4%
Intervias	5,63	5,61	5,62	0,2%	0,1%
Vianorte	8,03	8,04	8,02	-0,1%	0,1%
Federais	1,95	1,90	1,85	2,6%	5,3%
Planalto Sul	3,80	3,63	3,60	4,8%	5,6%
Fluminense	3,36	3,30	3,23	1,7%	4,1%
Fernão Dias	1,50	1,41	1,40	6,2%	7,2%
Régis Bittencourt	1,80	1,80	1,80	0,0%	0,0%
Litoral Sul	1,74	1,70	1,58	2,4%	10,2%
Total	3,28	3,26	3,09	0,4%	6,1%

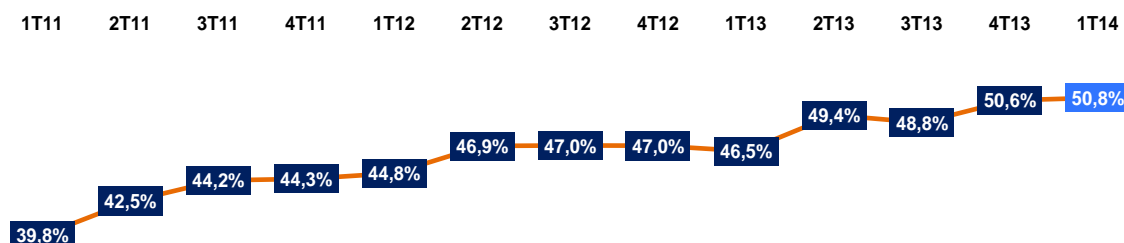
Para as **concessões estaduais** a tarifa média do primeiro trimestre de 2014 foi de **R\$ 6,47**, mantendo-se **inalterada** em relação ao 1T13. Conforme já destacado, em 2013 não houve o reajuste anual de tarifas em atendimento à determinação do Governo do Estado de São Paulo que congelou os valores praticados, não repassando em julho a variação acumulada da inflação do período. Ao mesmo tempo, todas as concessionárias estaduais foram compensadas com a redução do valor pago ao Poder Concedente a título de ônus variável e foram autorizadas a iniciar a cobrança dos eixos suspensos de veículos pesados. Ambas as medidas continuam em vigor e passaram a valer por prazo indeterminado.

As **concessões federais** tiveram um **aumento** médio de tarifas de **5,3%** em relação ao 1T13, refletindo os reajustes ocorridos em fevereiro de 2014 (Autopistas Fluminense e Litoral Sul) e em dezembro de 2013 (Autopista Fernão Dias e Planalto Sul), períodos em que foram repassados a variação acumulada do IPCA e eventuais reequilíbrios econômico-financeiros dos contratos.

Meios Eletrônicos: A receita com cobrança eletrônica (Sistema AVI) nas praças de pedágio das concessionárias estaduais representou 65,3% no 1T14, contra 61,4% no 1T13. Nas concessionárias federais, o percentual médio da receita com cobrança eletrônica foi de 50,8% no 1T14 contra 46,5% no 1T13. A seguir, gráfico com a evolução trimestral da receita por meios eletrônicos desde o primeiro trimestre de 2011:



AVI Federais



Receita de Obras

Representação dos investimentos da Companhia em melhorias da infraestrutura de suas rodovias, porém sem efeito caixa, a **receita de obras** cresceu em compasso ao intenso ritmo de obras empregado pela Arteris no 1T14. Em conjunto com o aumento de *capex* do período, esta rubrica **cresceu 66,5%**, atingindo **R\$ 377,7 milhões**.

Outras Receitas

Em função da reclassificação de receitas provenientes de obras de micro revestimento que estavam sendo contabilizadas como “outras receitas”, mas que a partir do 2T13 passaram a ser registradas como “receitas de obras”, a Companhia apresentou, em comparação com o 1T13, uma **queda de 49,5%** de “**outras receitas**”, totalizando **R\$ 13,8 milhões** ao final do 1T14. Deste montante, **R\$ 6,7 milhões** referem-se à **exploração da faixa de domínio** pelas concessionárias e **R\$ 7,1 milhões** foram oriundos da **conservação e pavimentação** das rodovias realizadas pelas construtoras do grupo.

Receita Líquida de Serviços e Deduções da Receita

A **receita líquida** da Arteris no 1T14 foi de **R\$ 905,1 milhões**, o que representou um **crescimento de 22,6%** em relação ao mesmo período do ano anterior. A melhora está relacionada ao aumento de 7,2% da receita de pedágio entre os períodos (com destaque para as rodovias estaduais) e o crescimento de 66,5% das receitas de obras.

As **deduções da receita**, compostas por tributos como PIS, COFINS e ISS, foram de **R\$ 61,7 milhões** no **1T14**, aumento de 17,4%, relacionado com os crescimentos das receitas de pedágio e outras receitas da Companhia.

Custos e Despesas

No 1T14, a Companhia registrou um total de **custos e despesas** de **R\$ 666,5 milhões**, sendo que este montante foi superior ao registrado no 1T13 **(+27,0%)** apenas em função de variações “não caixa”, principalmente pelo aumento dos custos dos serviços de construção, os quais não impactam o resultado operacional da Companhia.

Os “**custos caixa**”, estes sim uma métrica mais adequada para nosso desempenho operacional, sofreram **retração de 6,0%** em relação ao 1T13, totalizando R\$ 172,5 milhões, sendo que a sua relação com a receita líquida (ex construção) obteve **melhora de 3,2 p.p.**, passando de 35,9% da receita do 1T13, para os atuais 32,7%.

Custos e Despesas Operacionais (R\$ Mil)	1T14	4T13	1T13	Var% 1T14/4T13	Var% 1T14/1T13
Serviços de terceiros	(50.012)	(57.438)	(45.796)	-12,9%	9,2%
Pessoal	(56.647)	(55.907)	(49.325)	1,3%	14,8%
Conservação	(26.460)	(28.709)	(23.737)	-7,8%	11,5%
Verba de fiscalização	(9.613)	(9.224)	(9.097)	4,2%	5,7%
Custos com Poder Concedente	(5.317)	(7.521)	(9.323)	-29,3%	-43,0%
Seguros e garantias	(6.465)	(5.582)	(5.813)	15,8%	11,2%
Remuneração da administração	(5.251)	(6.134)	(4.418)	-14,4%	18,9%
Riscos Cíveis, Trabalhistas e Fiscal	(1.072)	(484)	(1.169)	121,5%	-8,3%
Despesas tributárias	(1.008)	(760)	(809)	32,6%	24,6%
Outras despesas operacionais, líq.	(10.684)	(11.720)	(34.095)	-8,8%	-68,7%
Subtotal (Custo Caixa)	(172.529)	(183.479)	(183.582)	-6,0%	-6,0%
% Custo Caixa / Receita Líquida (ex-construção)	32,7%	32,9%	35,9%	-0,1 p.p.	-3,2 p.p.
Custo dos serviços de construção	(377.691)	(382.984)	(226.806)	-1,4%	66,5%
Provisão p/ manutenção em rodovias	(38.493)	(45.568)	(48.894)	-15,5%	-21,3%
Depreciação e Amortização	(77.773)	(77.011)	(65.614)	1,0%	18,5%
Total	(666.486)	(689.042)	(524.896)	-3,3%	27,0%

A Arteris definiu três eixos* para a sua estratégia de longo prazo e um deles refere-se a operações eficientes, o que significa trazer um novo foco para a gestão de custos que resulte em melhoras operacionais e a expansão das margens da Companhia. O programa de eficiências está em curso desde o segundo semestre de 2013 e entre as medidas adotadas destaca-se a redefinição de políticas organizacionais, a criação de uma diretoria de compras corporativas centralizada na *holding* para redução de custos operacionais e investimentos (via um maior poder de compra e barganha e o uso de processo de leilão eletrônico para compras), a implantação do SAP integrando todas as empresas da Companhia, o desenvolvimento de novas tecnologias de arrecadação de pedágio, a remuneração baseada em desempenho, entre outras medidas.

* Os demais eixos estratégicos são: Cumprimento do plano de investimentos com sustentabilidade econômica, social e do meio ambiente e; fortalecimento da imagem corporativa com responsabilidade social e corporativa.

Com relação à **evolução dos “custos caixa”** no 1T14 na comparação com o 1T13, destaca-se:

- **Custos com serviços de terceiros:** Totalizaram R\$ 50,0 milhões no trimestre, com aumento de 9,2% em função do reajuste anual dos contratos (repasso de inflação e dissídios), além dos custos (alguns deles não recorrentes) relacionados aos projetos de melhores práticas que estão sendo implementados no âmbito do plano de eficiências da Companhia, principalmente a implementação do SAP em todas as empresas do grupo. É importante destacar que estes custos sofreram uma retração de 12,9% em relação ao 4T13, que é uma base mais comparável uma vez que já contava com os efeitos não recorrentes dos custos do plano de eficiência.
 - **Custos com pessoal:** Cresceram 14,8%, com um total de R\$ 56,6 milhões. O aumento está relacionado ao maior número de funcionários entre os períodos, principalmente na *holding*, em função da reestruturação de algumas equipes e áreas, bem como a criação da diretoria de compras. Além disso, houve readequações salariais ocorridas ao longo do ano, principalmente no 4T13. Os custos com pessoal também são anualmente impactados pelos dissídios coletivos, que em 2013 ficaram em média 6,8% para todos os funcionários;
 - **Conservação:** Incremento de 11,5%, com R\$ 26,5 milhões registrados no 1T14. Este é um custo variável, sendo dependente do volume de intervenções no pavimento e na infraestrutura das estradas concessionadas, de acordo com a necessidade pontual de reparos nas rodovias.
 - **Verba de Fiscalização:** Corresponde aos valores pagos pelas rodovias federais ao poder concedente (ANTT) e são reajustados anualmente pelo IPCA. Foi de R\$ 9,6 milhões no 1T14, com aumento de 5,7% em relação ao 1T13.
 - **Custos com o poder concedente:** Foram de R\$ 5,3 milhões, sofrendo redução em linha com a medida adotada pelo Governo do Estado de São Paulo que reduziu o ônus variável devido de 3% da receita de pedágio para 1,5% para compensar o não reajuste de tarifas em julho de 2013
 - **Seguros e garantias:** Em função do aumento do volume de obras seguradas sendo executadas pela Companhia e da reavaliação dos valores para seguros de riscos operacionais a partir dos níveis de sinistralidade, esta linha registrou um aumento de 11,2% em relação ao 1T13, totalizando R\$ 6,5 milhões.
 - **Remuneração da administração:** Foi de R\$ 5,2 milhões no 1T14, com aumento de R\$ 0,8 milhão na comparação com o 1T13, principalmente em função da reestruturação da diretoria da *holding* e concessionárias de acordo com o plano de eficiências da Arteris. Além disso, assim como os demais profissionais do grupo, os diretores da Companhia receberam em março os respectivos dissídios coletivos.
 - **Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais:** Os valores registrados estão relacionados à expectativa de perda provável dos processos em que a Companhia e suas controladas são parte. No 1T14, o valor provisionado foi de R\$ 1,1 milhão, redução de 0,1 milhão em relação ao 1T13.
-

Em relação aos “custos não caixa” destaca-se:

- **Custos de construção:** Foram os principais responsáveis pelo aumento geral do total de custos e despesas da Companhia em relação ao 1T13, uma vez que apresentaram um salto de 66,5%, ou R\$ 150,9 milhões, totalizando R\$ 377,7 milhões. A variação está diretamente ligada ao maior volume de obras executadas pela Companhia na melhoria das suas rodovias federais. Estas obras são representadas contabilmente, em valores iguais, como receitas de construção e custos dos serviços de construção.
 - **Provisões para manutenção:** No 3T13, a Companhia ajustou suas provisões para manutenção ao revisar previsões de investimentos futuros na renovação de pavimento de suas rodovias. Dado o que já havia sido provisionado anteriormente, no 1T14 o total desta rubrica foi de R\$ 38,5 milhões, com redução de 21,3% em relação ao 1T13.
 - **Depreciações e amortizações:** Relacionam-se à adoção de regras do IFRS que determinam a amortização por completo de ativos intangíveis até o final do período de concessão, sendo ponderada pela curva de tráfego projetada para cada rodovia. Desta forma, o aumento da base de intangíveis em função dos investimentos da Companhia e o constante crescimento do tráfego, vêm contribuindo para o aumento dos valores amortizados. No 1T14, o total registrado foi de R\$ 77,8 milhões, crescimento de 18,5%.
-

EBITDA e EBITDA Ajustado

A Arteris alcançou no 1T14, um **EBITDA de R\$ 316,4 milhões**, representando uma **melhora operacional de 13,5%** em relação ao 1T13. A Companhia também registrou uma importante **expansão** em sua **margem EBITDA*** que passou de 54,5% no 1T13, para **60,0%** no 1T14, um **incremento de 5,5 p.p.** entre os períodos. Contribuíram para essa melhora, o crescimento de 22,6% na receita operacional líquida, que contou com incrementos de tráfego e aumento de tarifas e a retração de 6,0% dos custos caixa entre os períodos.

Já o **EBITDA ajustado** pela provisão para manutenção de rodovias, que não tem “efeito caixa”, obteve **crescimento de 8,3%**, totalizando **R\$ 354,8 milhões** e **margem* de 67,3%**, **3,2 p.p.** superiores ao 1T13.

EBITDA (Em milhares de reais)					
	1T14	4T13	1T13	Var% 1T14/4T13	Var% 1T14/1T13
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	905.060	940.690	738.121	-3,8%	22,6%
Custos e Despesas (excl. deprec. e amortização)	(588.713)	(612.031)	(459.282)	-3,8%	28,2%
EBITDA ¹	316.347	328.659	278.839	-3,7%	13,5%
Margem EBITDA*	60,0%	58,9%	54,5%	1,1 p.p.	5,5 p.p.
(+) Provisão para manutenção de rodovias	38.493	45.568	48.894	-15,5%	-21,3%
EBITDA Ajustado ²	354.840	374.227	327.733	-5,2%	8,3%
Margem EBITDA Ajustada*	67,3%	67,1%	64,1%	0,2 p.p.	3,2 p.p.

* A Margem EBITDA considera a Receita Operacional Líquida excluindo as Receitas de Obras.

¹ EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

² Considera os ajustes relativos a reversões da provisão p/ manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01).

É importante mencionar em relação ao EBITDA consolidado da Arteris, que o mesmo é composto não só pelo resultado das suas concessionárias estaduais e federais, uma vez que carrega também a estrutura da *holding* da Companhia e suas empresas construtoras.

Neste sentido, para uma melhor análise do **resultado operacional** da Companhia, apresentamos a **abertura do EBITDA Ajustado**, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Ebitda Ajustado (R\$ Mil)	1T14	4T13	1T13	Var% 1T14/4T13	Var% 1T14/1T13
Ebitda Ajustado - Consolidado	354.840	374.227	327.733	-5,2%	8,3%
Estaduais	251.034	268.552	217.586	-6,5%	15,4%
Federais	102.594	107.851	110.028	-4,9%	-6,8%
Holding*	(5.173)	(11.165)	(2.874)	-53,7%	80,0%
Construtoras	6.384	8.988	2.993	-29,0%	113,3%

* Contribuiu para a variação do EBITDA da *holding*, a contabilização no 4T13 de despesas relacionadas à implantação de ações de melhores práticas do programa de eficiências da Arteris, o que inclui, entre outros, a criação da diretoria de compras, a implantação do SAP, provisões para verbas rescisórias para alterações do quadro administrativo e a reestruturação de cargos e salários na Companhia.

Segue abaixo tabela com o cálculo do EBITDA e EBITDA Ajustado das empresas da Arteris para o 1T14:

Sociedades do Grupo (R\$ Mil)	Receita Líquida			Custos e Despesas ¹			EBITDA	Provisão para Manut. de Rodovias	EBITDA Ajustado	Margem EBITDA Ajustada*
	Receita de Serviços (A)	Receita de Obras (B)	Total (A + B)	Custos dos Serv. Prestados (A)	Custos dos Serv. de Construção (B)	Total (A + B)				
Autovias	74.152	14.346	88.498	(25.628)	(14.346)	(39.974)	48.524	11.948	60.472	81,6%
Centrovias	80.360	1.000	81.360	(19.028)	(1.000)	(20.028)	61.332	5.784	67.116	83,5%
Intervias	84.333	3.503	87.836	(24.561)	(3.503)	(28.064)	59.772	7.327	67.099	79,6%
Vianorte	68.358	5.993	74.351	(15.326)	(5.993)	(21.319)	53.032	3.318	56.350	82,4%
Estaduais	307.203	24.842	332.045	(84.543)	(24.842)	(109.385)	222.660	28.377	251.037	81,7%
Planalto Sul	25.168	30.765	55.933	(15.619)	(30.765)	(46.384)	9.549	1.260	10.809	42,9%
Fluminense	34.554	86.445	120.999	(20.560)	(86.445)	(107.005)	13.994	1.226	15.220	44,0%
Fernão Dias	55.109	51.121	106.230	(36.170)	(51.121)	(87.291)	18.939	3.086	22.025	40,0%
Régis Bittencourt	60.671	80.356	141.027	(30.252)	(80.356)	(110.608)	30.419	2.022	32.441	53,5%
Litoral Sul	48.018	104.162	152.180	(28.443)	(104.162)	(132.605)	19.575	2.522	22.097	46,0%
Federais	223.520	352.849	576.369	(131.044)	(352.849)	(483.893)	92.476	10.116	102.592	45,9%
Total Concessionárias	530.723	377.691	908.414	(215.587)	(377.691)	(593.278)	315.136	38.493	353.629	66,6%
Arteris Holding	-	-	-	(5.173)	-	(5.173)	(5.173)	-	(5.173)	
Construtoras	-	131.334	131.334	-	(124.950)	(124.950)	6.384	-	6.384	
Outras sociedades e eliminações p/ consolidação	(3.354)	(131.334)	(134.688)	9.738	124.950	134.688	-	-	-	
Total	527.369	377.691	905.060	(211.022)	(377.691)	(588.713)	316.347	38.493	354.840	67,3%

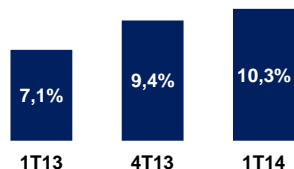
¹ Exclui Depreciação e Amortização

* A Margem EBITDA considera a Receita Operacional Líquida excluindo as Receitas de Obras.

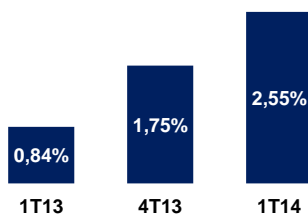
Resultado Financeiro

Resultado Financeiro (R\$ Mil)	1T14	4T13	1T13	Var% 1T14/4T13	Var% 1T14/1T13
Receitas Financeiras	24.043	22.743	12.625	5,7%	90,4%
Juros Ativos	414	322	214	28,6%	93,5%
Aplicações Financeiras	23.474	22.200	12.348	5,7%	90,1%
Encargos Financeiros - Reversão de Ajuste a Valor Presente	2	71	-	-97,2%	-
Outras Receitas	153	150	63	2,0%	142,9%
Despesas Financeiras	(107.789)	(102.110)	(82.912)	5,6%	30,0%
Encargos Financeiros	(79.146)	(80.009)	(61.672)	-1,1%	28,3%
Atualização do Ônus da Concessão	(8.970)	(8.573)	(6.288)	4,6%	42,7%
Encargos Financeiros - Reversão de Ajuste a Valor Presente	(9.462)	(6.688)	(9.320)	41,5%	1,5%
Outras Despesas	(10.211)	(6.840)	(5.632)	49,3%	81,3%
Variação Cambial, liq.	(6)	1	(14)	-700,0%	-57,1%
Resultado Financeiro	(83.752)	(79.366)	(70.301)	5,5%	19,1%

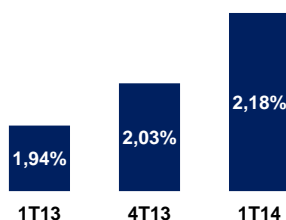
Taxa DI (média trimestral)



IGP-M (trimestral)



IPCA (trimestral)



O **resultado financeiro** da Arteris no **1T14** sofreu pequena **variação** de **R\$ 4,4 milhões (5,5%)** em relação ao 4T13 passando de um resultado líquido negativo de R\$ 79,4 milhões para um **resultado líquido negativo** de **R\$ 83,8 milhões** neste primeiro trimestre.

A maior variação se deu em relação ao 1T13 (que havia registrado resultado líquido negativo de R\$ 70,3 milhões), uma vez que as emissões de debêntures atreladas ao CDI nas concessões estaduais ao longo do segundo semestre de 2013 e início de 2014 impactaram as receitas financeiras (pelo maior valor aplicado e aumento das taxas de juros), mas principalmente às despesas, com o aumento dos encargos financeiros e outras despesas associadas a estas emissões.

Especificamente em relação ao 4T13, a elevação das receitas financeiras (+5,7%) se deve aos rendimentos dos recursos remanescentes da emissão de debêntures no final do 4T13 e às emissões da Centrovias e Vianorte ao final do 1T14. Já o incremento de outras despesas financeiras (+49,3% ou R\$ 3,4 milhões), guarda relação com os custos associados à quitação antecipada das primeiras emissões de debêntures (series em CDI) da Centrovias e Vianorte no 1T14, enquanto os maiores encargos financeiros da reversão de AVP é proveniente da reprogramação de manutenção em algumas das concessões federais.

Lucro Líquido

No 1T14, o lucro líquido apresentado pela Arteris registrou uma **melhora de 8,8%**, totalizando **R\$ 100,9 milhões**. Conforme comentado ao longo deste relatório, os principais destaques da composição deste resultado são os seguintes:

- A expansão da receita líquida ex obras (+3,1%), apoiada pelo crescimento das receitas de pedágio, principalmente nas rodovias estaduais;
- A redução de 6,0% dos “custos caixa;”
- A redução das provisões para manutenção de rodovias (-21,3%)

que contrabalancearam o:

- Crescimento do volume total de depreciações e amortizações (+18,5%) e o,
- Pior resultado financeiro, que passou de um valor negativo líquido de R\$ 70,3 milhões no 1T13, para R\$ 83,8 milhões negativos no 1T14.

Endividamento

Em 31 de março de 2014, a **dívida líquida** da Companhia totalizou **R\$ 3,3 bilhões**, com **aumento de 5,7%** ou R\$ 174,5 milhões em relação ao 4T13.

Endividamento (Em milhares de reais)	1T14	4T13	1T13	Var% 1T14/4T13	Var% 1T14/1T13
Dívida Bruta	4.632.406	4.124.728	3.177.875	12,3%	45,8%
Curto Prazo	404.529	288.482	456.523	40,2%	-11,4%
Longo Prazo	4.227.877	3.836.246	2.721.352	10,2%	55,4%
Posição de Caixa	1.374.081	1.040.898	690.248	32,0%	99,1%
Caixa e equivalentes de caixa	1.283.907	929.911	584.399	38,1%	119,7%
Aplicações financeiras vinculadas ¹	90.174	110.987	105.849	-18,8%	-14,8%
Dívida Líquida	3.258.325	3.083.830	2.487.627	5,7%	31,0%

¹ Curto e longo prazos

Apesar do **aumento de R\$ 507,7 milhões (+12,3%)** do endividamento bruto, houve uma melhora de **R\$ 333,2 milhões (+32,0%)** na **posição de caixa** da Companhia, que totalizou o 1T14 com R\$ 1,4 bilhão, em virtude, principalmente, das emissões de debêntures na Centrovias e Vianorte em março de 2014, respectivamente nos totais de R\$ 400,0 milhões e R\$ 150,0 milhões. O aumento do endividamento bruto está relacionado principalmente com as seguintes movimentações:

- Desembolsos de empréstimos de longo prazo junto ao BNDES, no total de R\$ 141,4 milhões;
- Quitação de parcelas e pré-pagamentos relativos às debêntures mais antigas da Companhia nas concessões estaduais, no valor de R\$ 129,4 milhões;
- Amortização de R\$ 28,6 milhões referentes a financiamentos BNDES;
- R\$ 5,0 milhões relativos a juros acruados nas operações de financiamento da companhia;
- Emissão de Debêntures pela Centrovias no montante de R\$ 400,0 milhões;
- Emissão de Debêntures pela Vianorte no montante de R\$ 150,0 milhões;
- Juros pagos referentes às debêntures atreladas ao IPCA no valor de R\$ 34,4 milhões

Emissões de Debêntures

- Em 14 de fevereiro de 2014, a **Centrovias**, controlada da companhia, aprovou a sua segunda emissão no montante de **R\$ 400 milhões**, de **debêntures** simples, não conversíveis em ações, em série única, em regime de garantia firme, da espécie quirografária, as quais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, e da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada. As Debêntures terão vencimento em 20 de junho de 2018, sendo a amortização realizada em sete parcelas semestrais, sendo que a primeira parcela será devida em 20 de junho de 2015. A remuneração das Debêntures foi definida em CDI + 0,99%. A emissão das debêntures foi efetivada em 20 de março de 2014.
- Também em 14 de fevereiro de 2014, a **Vianorte** controlada da companhia, aprovou a sua segunda emissão no montante de **R\$ 150 milhões**, de **debêntures** simples, não conversíveis em ações, em série única, em regime de garantia firme, da espécie quirografária, as quais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, e da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada. As Debêntures terão vencimento em 20 de março de 2017, sendo a amortização realizada em cinco parcelas semestrais, sendo que a primeira parcela será devida em 20 de março de 2015. A remuneração das Debêntures foi definida em CDI + 0,86%. A emissão das debêntures foi efetivada em 20 de março de 2014.

Empréstimos BNDES: A Arteris conta com recursos de longo prazo, concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, para financiar os programas de investimento das concessões federais da Companhia. Desta forma, **todas as 5 concessionárias federais contam com linhas de financiamento** de longo prazo aprovadas, **garantindo** os recursos necessários para a **implantação das principais obras** contratuais.

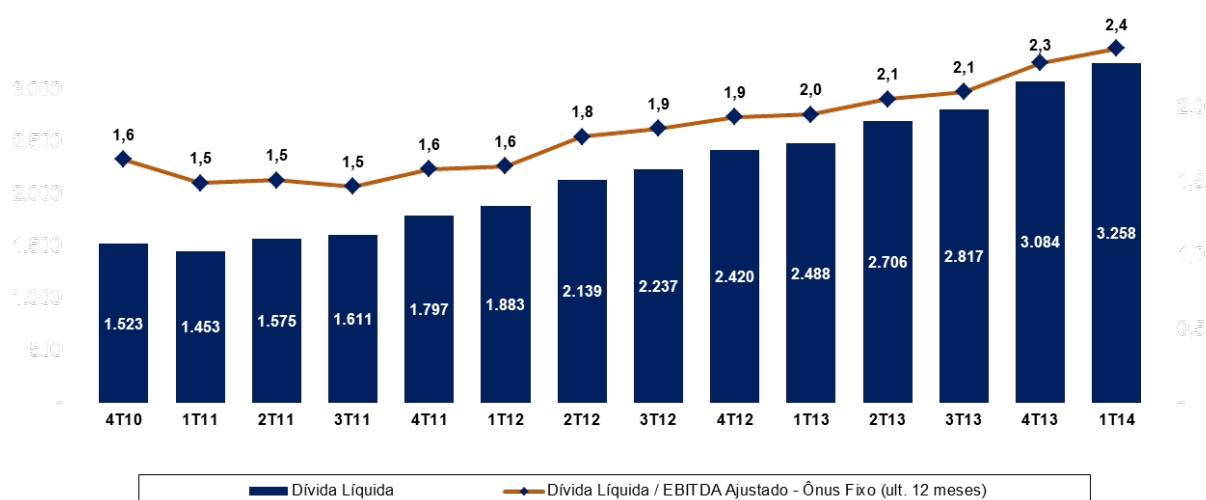
Até 31 de março de 2014 foram **desembolsados** aproximadamente **R\$ 2,5 bilhões** referentes a empréstimos do BNDES, restando, portanto, um **saldo** a utilizar de **R\$ 1,1 bilhão**.

BNDES (R\$ Mil)			
Concessionárias	Total Contratado	Total Tomado	Saldo Disponível
Total	3.694.549	2.546.783	1.147.766
Planalto Sul	331.344	256.254	75.090
Fluminense	780.819	489.701	291.118
Fernão Dias	702.754	629.795	72.959
Régis Bittencourt	1.069.495	709.315	360.180
Litoral Sul	810.137	461.718	348.419

A seguir maiores detalhes sobre as características do endividamento da Companhia:

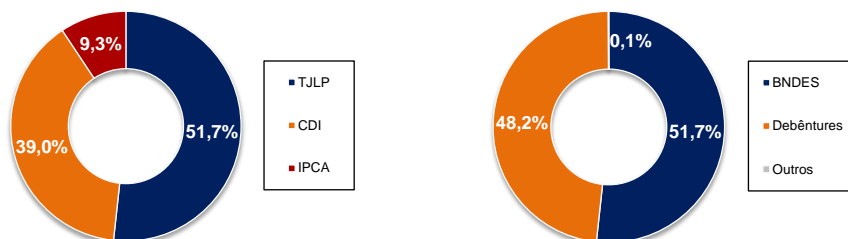
A dívida líquida no final do 1T14 representava 2,4 vezes o EBITDA Ajustado gerado menos o pagamento do ônus fixo nos últimos 12 meses, apresentando ligeiro crescimento no nível de alavancagem da Companhia em comparação ao patamar registrado no trimestre anterior que havia sido de 2,3 vezes.

Grau de Alavancagem e Dívida Líquida (R\$ milhões)



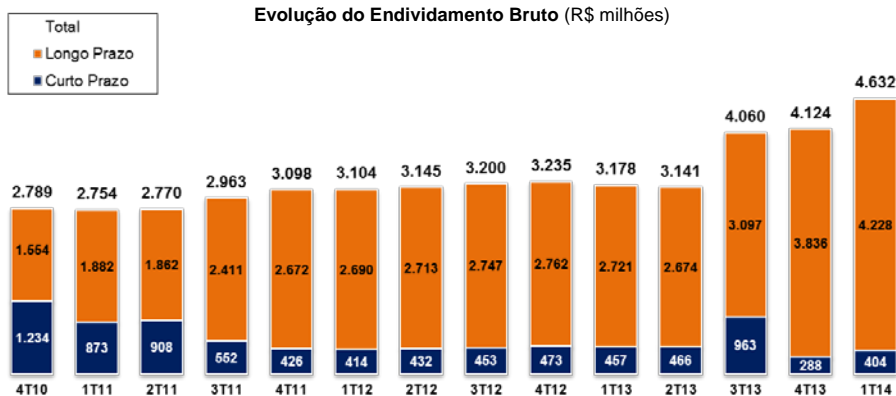
Ao final do 1T14, a dívida bruta consolidada (empréstimos e financiamentos mais debêntures) totalizava R\$ 4,6 bilhões, sendo que deste montante 51,7% correspondia a contratos indexados pela TJLP, 39% correspondia a contratos atrelados ao CDI e 9,3% a contratos atrelados ao IPCA.

Perfil da Dívida Bruta (%)

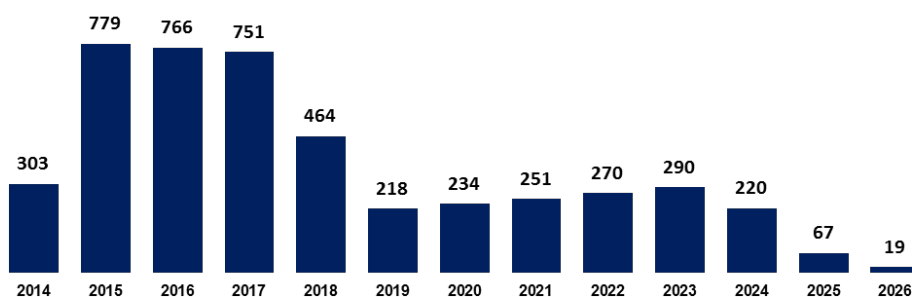


Endividamento Bruto (Em milhares de reais)	1T14	4T13	1T13	Var% 1T14/4T13	Var% 1T14/1T13
Indexador					
TJLP	2.395.984	2.288.152	2.020.600	4,7%	18,6%
CDI	1.811.642	1.390.927	748.592	30,2%	142,0%
IPCA	432.868	447.986	407.726	-3,4%	6,2%
Outros	24	3.827	5.323	-99,4%	-99,5%
<i>Custos e encargos antecipados</i>	(8.113)	(6.164)	(4.366)	31,6%	85,8%
Total	4.632.406	4.124.728	3.177.875	12,3%	45,8%

Evolução do Endividamento Bruto (R\$ milhões)



Cronograma de Amortização da Dívida (R\$ milhões)



Ônus Fixo pago ao Poder Concedente (Concessionárias Estaduais)

De acordo com as condições estabelecidas nos contratos de concessão, as concessionárias estaduais devem pagar ônus fixo ao Poder Concedente como contrapartida pela outorga da concessão. No 1T14, o montante pago foi correspondente a R\$ 17,2 milhões.

Ônus Fixo Pago - Fluxo de Caixa (R\$ Mil)	1T14	4T13	1T13	Var% 1T14/4T13	Var% 1T14/1T13
Total	(17.219)	(17.217)	(16.209)	0,0%	6,2%
Autovias	(1.813)	(1.812)	(1.707)	0,1%	6,2%
Centrovias	(2.713)	(2.712)	(2.553)	0,0%	6,3%
Intervias	(1.688)	(1.688)	(1.589)	0,0%	6,2%
Vianorte	(11.005)	(11.005)	(10.360)	0,0%	6,2%

Em 31 de março de 2014, o valor real e o número de parcelas mensais a serem pagas relacionadas ao ônus fixo estavam representados da seguinte forma:

Concessionárias	Valor Real (R\$ mil)			Parcelas Mensais
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	
Autovias	7.640	26.545	34.185	53
Centrovias	11.431	36.814	48.245	50
Intervias	7.114	34.968	42.082	70
Vianorte	46.378	137.563	183.941	47
Total	72.563	235.890	308.453	

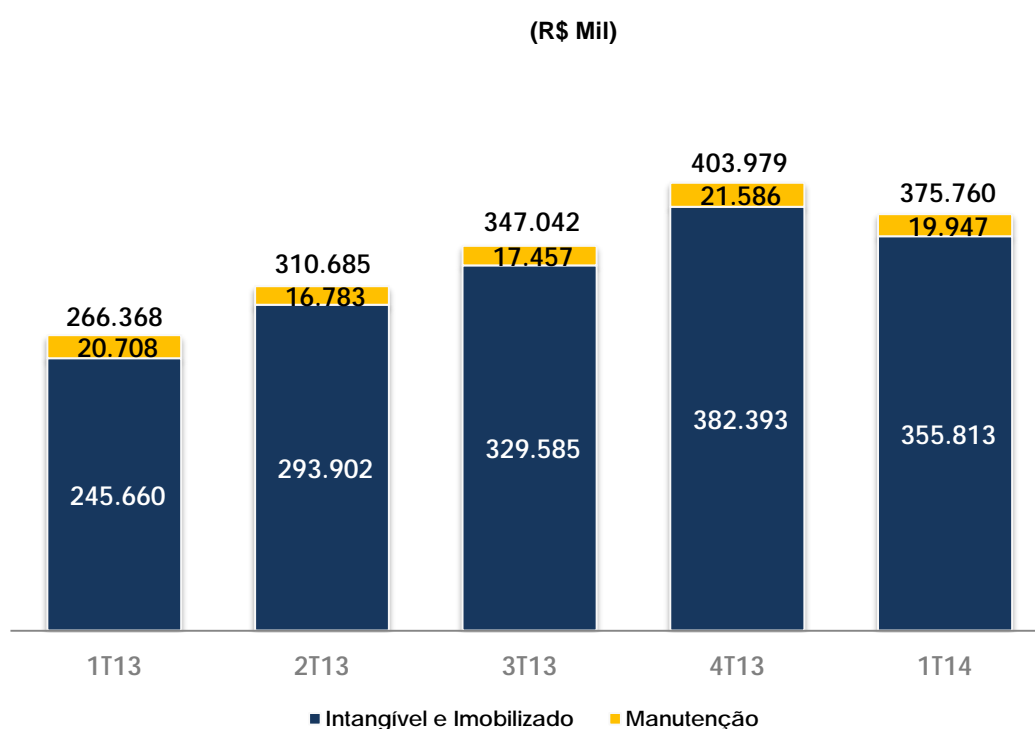
Investimentos e Manutenção de Rodovias

O **total investido** pela Arteris no 1T14 foi um dos maiores já registrados para este período do ano **(+41,1% em relação ao 1T13)** e reflete o seu compromisso no cumprimento do plano de obras nas rodovias federais. Foram **R\$ 375,8 milhões** sendo 94,7% destinados à **obras de infraestrutura e melhorias** (intangível e imobilizado) em sua quase totalidade concentradas nas concessionárias federais e o restante na **manutenção** das rodovias estaduais.

Investimentos Fluxo de Caixa (R\$ Mil)	1T14		
	Antes do IFRS (A + B)	IFRS	
		Intangível e Imobilizado (A)	Manutenção Realizada (B)
Autovias	21.815	14.140	7.675
Centrovias	5.796	944	4.852
Intervias	5.379	1.242	4.137
Vianorte	9.303	6.020	3.283
Estaduais	42.293	22.346	19.947
Planalto Sul	28.794	28.794	-
Fluminense	61.118	61.118	-
Fernão Dias	53.574	53.574	-
Régis Bittencourt	81.486	81.486	-
Litoral Sul	105.820	105.820	-
Federais	330.792	330.792	-
Total	373.085	353.138	19.947
<i>Outros invest. e ajustes de consolidação</i>	2.675	2.675	-
Total	375.760	355.813	19.947

Até o final do prazo contratual de todas as concessões, o total remanescente de investimentos, incluindo os montantes relacionados à manutenção é de aproximadamente R\$ 6,5 bilhões. Deste total, a previsão de investimentos para 2014 é de R\$ 1,8 bilhão.

Segue total de investimentos da Companhia nos últimos trimestres:



As obras mais relevantes no período, para as quais os investimentos da Companhia foram destinados, são as seguintes:



Duplicação BR101-RJ / Macaé – Campos
(Autopista Fluminense)

Autopista Fluminense

Durante o 1T14 a Concessionária deu continuidade às obras de duplicação da Rodovia BR 101/RJ entre os municípios de Rio Bonito e Campos dos Goytacazes, iniciadas no 3T11 após a obtenção da licença de instalação junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). A obra contempla 176 quilômetros da rodovia, dos quais 20 quilômetros já foram concluídos e abertos ao tráfego no início de 2014. Dos 130 quilômetros restantes, 85 já estão em obras. Ao longo do trecho foram finalizados dois trevos em desnível e mais cinco dispositivos do mesmo tipo estão em obras.

Adicionalmente, a Companhia vem executando, desde outubro de 2012, as obras da Avenida do Contorno no município de Niterói, o que trará importantes melhorias para este trecho da rodovia com a ampliação da capacidade viária.

Ao longo do 1T14, a Companhia ainda concluiu 2 passarelas e uma melhoria de acesso à rodovia.



Contorno de Betim
(Autopista Fernão Dias)

Autopista Fernão Dias

A principal obra executada pela Concessionária foi a implantação do Contorno de Betim (MG), possibilitando a criação de uma alternativa para o tráfego rodoviário de longa distância que trafegava pelo município. A obra foi concluída em 30 de setembro de 2013 com a entrega de 5,4 quilômetros da segunda etapa do projeto sendo que, em 2012 foram concluídos 2,7 quilômetros da primeira etapa, incluindo a construção de um trevo em desnível.

No 1T14, a Autopista Fernão Dias concluiu a construção de 7 melhorias de acesso à rodovia, 5 passarelas, 4,7 quilômetros de ruas laterais e 4,6 quilômetros de 3ª faixas ao longo da rodovia.



Duplicação da Serra do Cafezal
(Autopista Régis Bittencourt)

Autopista Régis Bittencourt

O projeto da Serra do Cafezal (BR-116/SP) segue em pleno andamento na execução de suas obras. A companhia já concluiu e liberou ao tráfego 11,5 quilômetros da duplicação, sendo 4,2 quilômetros na extremidade de Miracatu e 7,3 quilômetros no trecho inicial em Juquitiba (SP) incluindo 2 trevos em desnível. O início de 2013 marcou a liberação, pelo órgão ambiental, da tão esperada licença de instalação para a duplicação dos 19,0 quilômetros restantes de um total de 30,5 quilômetros do projeto. Esta fase, que deverá durar por volta de 4 anos e depende da assinatura de aditivos de obras com a ANTT, contemplará a construção de 4 túneis e 33 pontes e viadutos. Em junho de 2013, foram iniciadas obras em dois segmentos, um de 5 quilômetros e outro de 1,4 quilômetro. Outro segmento de 5 quilômetros, contando com 3 túneis e 5 viadutos, foi iniciado em janeiro de 2014.

Durante o 1T14, foram também construídas 1 passarela, reforços estruturais e alargamentos em 4 obras de arte especiais (pontes e viadutos) e entregue 1 trevo em desnível.

Autopista Planalto Sul



Duplicação BR-116/PR – Fazenda Rio Grande (Autopista Planalto Sul)

A Concessionária tem como principal obra a duplicação de 25,0 quilômetros da BR-116/PR entre Curitiba (PR) e Mandirituba (PR), que já possui a licença de instalação concedida pelo IBAMA. Deste total, 7,2 km já estão concluídos e liberados ao tráfego, entre Curitiba (PR) e Fazenda Rio Grande (PR) e o restante encontra-se em obras

Autopista Litoral Sul

Ao longo do 1T14, a Concessionária concluiu a construção de 23,6 quilômetros de ruas laterais, além de entregar 3 novas passarelas, 21,4 quilômetro de novas ‘terceiras faixas’ e finalizar o reforço estrutural e alargamento em 3 obras de arte especiais (pontes e viadutos).

Adicionalmente, a concessionária, através da assinatura de aditivo contratual providenciou a realocação de uma praça de pedágio da cidade de Palhoça (SC) para uma nova posição a uma distância de 23 quilômetros. Além da nova praça, que já foi concluída e encontra-se em fase de testes operacionais, os 23 quilômetros foram incorporados como parte do trecho sob responsabilidade da concessionária incluindo sua manutenção.

Autovias e Vianorte



Configuração proposta para dispositivo de acesso à Ribeirão Preto (Autovias e Vianorte)

A Companhia está executando, através de suas controladas Autovias e Vianorte, as obras de remodelação do dispositivo do acesso principal à Ribeirão Preto (Trevo Waldo Adalberto da Silveira), no km 307+500 da SP 330 – Rodovia Anhangüera – Entroncamento das SP 333, SP 255 e Avenida Castelo Branco (SPA 307/330). Este empreendimento trará o aumento da segurança dos usuários da Rodovia Anhangüera, organizará o tráfego de veículos rodoviários e urbanos na região de Ribeirão Preto, também criando vias de acessos à pedestres através de passarelas. A obra orçada em R\$ 120 milhões que foi aditivada ao contrato, prevê a construção de 8 viadutos, 20 alças de acesso e retorno e uma passarela de 440 metros, beneficiando mais de 1,5 milhão de pessoas da região.

Quadro de Pessoal

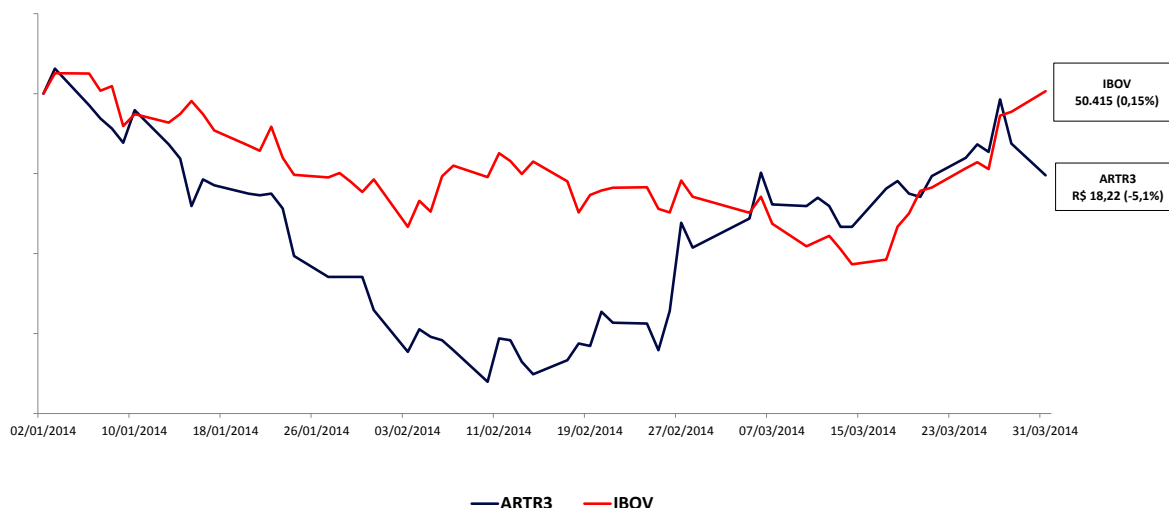
A Arteris conta com **6.761 profissionais** em seu quadro de pessoal, dos quais **40,5%** estão alocados nas **concessionárias federais**, **19,3%** nas **estaduais**, **38,3%** nas **construtoras** do grupo e o restante, ou **1,9%** em sua **holding**, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Quadro de Pessoal	1T14	4T13	1T13	Var. 1T14/4T13	Var. 1T14/1T13
Arteris (Holding)	131	126	109	5	22
<i>Concessionárias Estaduais</i>	1.307	1.315	1.320	(8)	(13)
Autovias	205	206	208	(1)	(3)
Centrovias	317	314	315	3	2
Intervias	525	534	533	(9)	(8)
Vianorte	260	261	264	(1)	(4)
<i>Concessionárias Federais</i>	2.734	2.708	2.763	26	(29)
Litoral Sul	574	562	580	12	(6)
Planalto Sul	272	262	255	10	17
Fluminense	412	403	407	9	5
Fernão Dias	845	851	890	(6)	(45)
Régis Bittencourt	631	630	631	1	-
Latina Manutenção	2.416	2.481	2.280	(65)	136
Latina Sinalização	173	174	168	(1)	5
Total	6.761	6.804	6.640	(43)	121

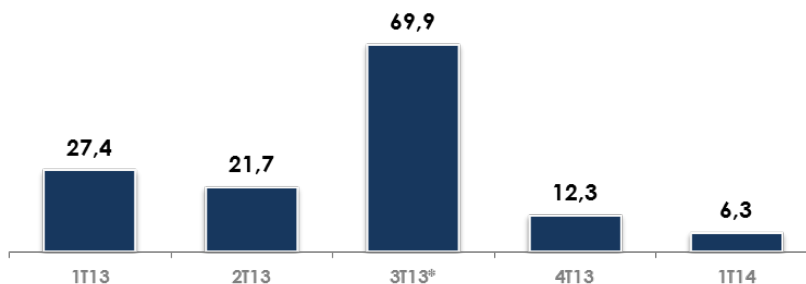
Mercado de Capitais

O **valor de mercado** da Arteris ao final do **1T14** totalizou **R\$ 6,3 bilhões**, tendo como base a cotação de fechamento de R\$ 18,22 por ação em 31/03/14. Esse preço corresponde a uma **desvalorização** de **5,1%** desde o início do ano. No mesmo período, o **Índice Ibovespa** apresentou **valorização** de **0,1%**. Negociadas sob o código **ARTR3**, as ações da Companhia marcaram presença em 100% dos pregões realizados na BM&FBOVESPA e **movimentaram** cerca de **R\$ 384,0 milhões** no trimestre.

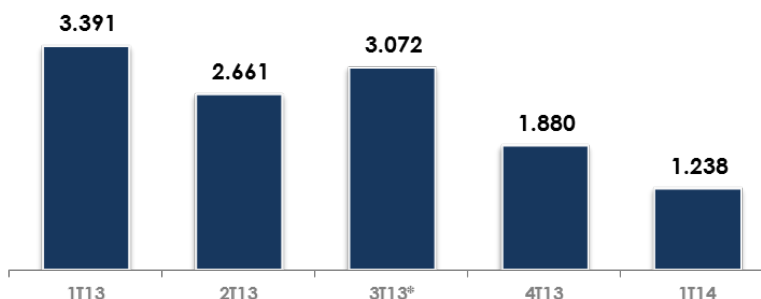
Evolução das Ações ARTR3 vs. Ibovespa (1T14)



Volume Financeiro - Média diária - (R\$ Milhões)



Número de Negócios - Média diária

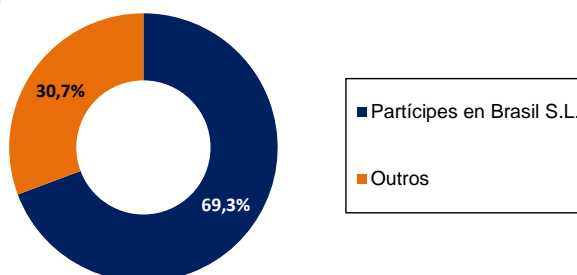


* Em Setembro de 2013 a Arteris realizou uma oferta pública de aquisição de ações (OPA), que resultou em uma diminuição do *free-float* da Companhia, influenciando o volume de negociação das ações desde então.

	1T14	4T13	1T13	Var. 1T14/4T13	Var. 1T14/1T13
Nº de Negócios	1.238	1.880	3.391	-34,1%	-63,5%
Nº de Ações Negociadas	358.202	641.569	1.362.976	-44,2%	-73,7%
Volume Financeiro (R\$ milhões)	6,3	12,3	27,4	-48,8%	-77,0%

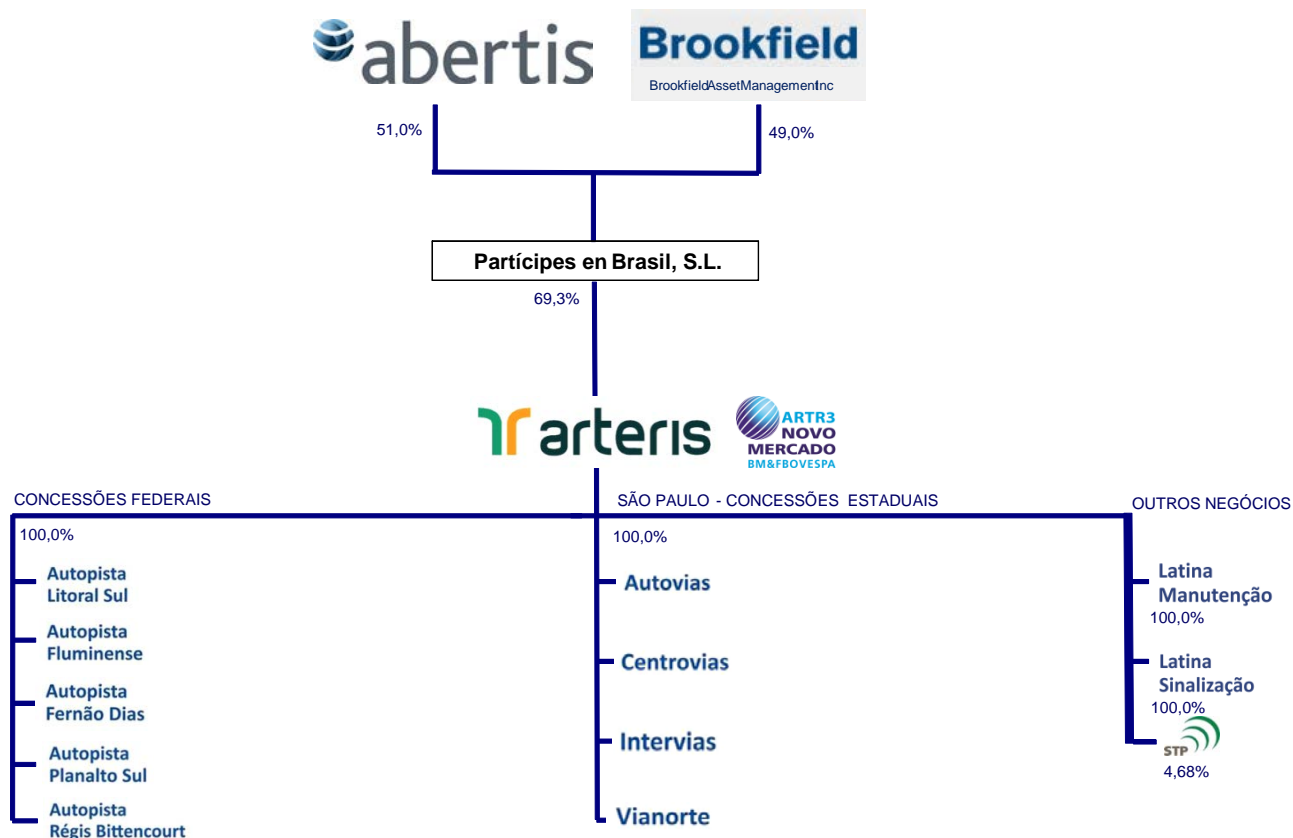
Composição Acionária

O capital social subscrito e integralizado da Companhia era de aproximadamente R\$ 772,4 milhões em 31 de março de 2014, representado por uma única classe de 344.444.440 ações ordinárias.



Data Base: 31/03/2014

Estrutura Societária



Carteira de Ativos da Concessão

Abaixo apresentamos as principais informações acerca da carteira de concessões:

Concessionárias	Km	Praças de Pedágio	Prazo Final do Pagto. do Ônus Fixo	Prazo Final da Concessão	Indexador do Contrato
Estaduais					
Autovias	316,6	5	Aug-18	Aug-18	IGP-M
Centrovias	218,2	5	Jun-18	Jun-19	IGP-M
Intervias	375,7	9	Feb-20	Jan-28	IGP-M
Vianorte	236,6	4	Mar-18	Mar-18	IGP-M
Federais					
Planalto Sul	412,7	5	n.a.	Feb-33	IPCA
Fluminense	320,1	5	n.a.	Feb-33	IPCA
Fernão Dias	562,1	8	n.a.	Feb-33	IPCA
Régis Bittencourt	401,6	6	n.a.	Feb-33	IPCA
Litoral Sul	405,9	5	n.a.	Feb-33	IPCA

Informações divulgadas pela Abertis

As informações financeiras e operacionais trimestrais divulgadas pela Abertis referentes à Arteris, não são necessariamente idênticas aos resultados reportados pela Companhia, uma vez que a regras do IFRS no Brasil apresentam algumas diferenças com os critérios de IFRS reportados pela Abertis. A Abertis também inclui em seus resultados determinados impactos relacionados ao tratamento contábil da transação de compra da Participes em Brasil S.L., sociedade controladora de 69,3% da Arteris.

A seguir apresentamos a evolução de tráfego das concessionárias da Companhia medida pelo IMD (Intensidade Média Diária), conceito habitualmente utilizado pela Abertis para medir o desempenho de tráfego. O IMD representa o volume médio diário de tráfego da concessionária, em veículos absolutos, e é calculado pela média diária de veículos em cada praça de pedágio, ponderada pela quilometragem da rodovia.

IMD	1T14	1T13	Var%
Estaduais	12.603	12.128	3,9%
Autovias	12.006	11.502	4,4%
Centrovias	14.933	14.504	3,0%
Intervias	10.289	9.959	3,3%
Vianorte	14.929	14.221	5,0%
Federais	22.507	21.655	3,9%
Planalto Sul	7.109	6.742	5,5%
Fluminense	17.510	16.252	7,7%
Fernão Dias	25.652	24.971	2,7%
Régis Bittencourt	23.152	22.789	1,6%
Litoral Sul	37.109	35.363	4,9%
Total	19.011	18.292	3,9%

Perfil Corporativo

A Arteris é a companhia do setor de concessões rodoviárias do Brasil com a maior extensão de quilômetros administrados. São 3.250 quilômetros sob gestão de suas nove concessionárias nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina: Autovias, Centrovias, Intervias, Vianorte, Autopista Fernão Dias, Autopista Fluminense, Autopista Litoral Sul, Autopista Planalto Sul e Autopista Régis Bittencourt. A Arteris é uma empresa de capital aberto, com ações negociadas no Novo Mercado da BM&FBovespa. É controlada pela Abertis e pela Brookfield Motorways. Saiba mais: www.arteris.com.br.

Este comunicado contém considerações futuras referentes a perspectivas do negócio, estimativas de resultados operacionais e financeiros, e de crescimento da Arteris. Essas são apenas projeções e, como tal, baseiam-se exclusivamente nas expectativas da administração da Arteris em relação ao futuro do negócio e seu contínuo acesso a capitais para financiar o plano de negócios da Companhia. Tais considerações futuras dependem, substancialmente, de mudanças nas condições de mercado, regras governamentais, pressões da concorrência, do desempenho do setor e da economia brasileira, entre outros fatores e estão, portanto, sujeitas a mudanças sem aviso prévio.

ANEXO 1

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

BALANÇOS PATRIMONIAIS			
(Em milhares de reais)			
ATIVO	31/03/14	31/12/13	31/03/13
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	1.283.907	929.911	584.399
Contas a receber	115.198	126.709	119.067
Contas a receber - partes relacionadas	-	-	15
Estoques	9.662	7.662	7.823
Despesas antecipadas	8.421	10.411	8.379
Impostos a recuperar	22.226	33.691	24.218
Aplicações financeiras vinculadas	22.713	47.383	38.697
Outros créditos	5.051	5.691	4.051
Total do ativo circulante	1.467.178	1.161.458	786.649
NÃO CIRCULANTE			
Aplicações financeiras vinculadas	67.461	63.604	67.152
Cauções contratuais	342	331	288
Impostos a recuperar	15.136	-	-
Despesas antecipadas	17	22	6
Imposto de renda e contribuição social diferidos	178.057	172.108	124.441
Depósitos judiciais	20.510	20.372	15.999
Outras contas a receber	235	217	292
Investimentos	1.053	1.053	1.053
Imobilizado	41.169	46.377	45.068
Intangível	6.225.224	5.903.469	5.066.367
Total do ativo não circulante	6.549.204	6.207.553	5.320.666
TOTAL DO ATIVO	8.016.382	7.369.011	6.107.315
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	152.477	142.989	116.861
Debêntures	252.052	145.493	339.662
Fornecedores	129.648	122.115	99.495
Obrigações sociais	86.823	79.899	67.412
Obrigações fiscais	79.831	82.679	65.747
Contar a pagar - partes relacionadas	155	154	1.919
Cauções contratuais	45.914	44.847	41.469
Dividendos propostos	22.183	22.183	20.114
Credores pela concessão	71.485	70.299	69.092
Provisão para manutenção em rodovias	84.444	71.043	90.184
Provisão para investimentos em rodovias	82.126	68.489	54.181
Aiantamento seguros	39.266	40.152	48.772
Outras contas a pagar	11.024	10.149	9.238
Total do circulante	1.057.428	900.491	1.024.146
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	2.246.829	2.148.990	1.909.062
Debêntures	1.981.048	1.687.256	812.290
Credores pela concessão	207.137	216.540	247.630
Receita diferida	107	427	99
Imposto de renda e contribuição social diferidos	79.623	76.326	58.057
Provisão para manutenção em rodovias	418.140	401.395	282.194
Provisão para investimentos em rodovias	30.556	43.151	58.577
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	13.035	11.787	11.421
Outras contas a pagar	2.048	3.075	4.031
Total do exigível a longo prazo	4.978.523	4.588.947	3.383.361
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	772.417	772.417	679.970
Reserva legal	101.425	80.076	60.614
Reserva de lucros	1.128.860	1.049.351	981.495
Ajuste do patrimônio líquido - variação cambial	(22.271)	(22.271)	(22.217)
Total do patrimônio líquido	1.980.431	1.879.573	1.699.808
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8.016.382	7.369.011	6.107.315

ANEXO 2

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS					
(Em milhares de reais)					
	1T14	4T13	1T13	Var% 1T14/4T13	Var% 1T14/1T13
RECITA OPERACIONAL BRUTA	966.719	1.001.165	790.653	-3,4%	22,3%
Receitas de pedágio	575.235	603.834	536.515	-4,7%	7,2%
Estaduais	333.330	357.049	300.789	-6,6%	10,8%
Autovias	80.621	84.813	72.833	-4,9%	10,7%
Centrovias	87.179	93.990	78.833	-7,2%	10,6%
Intervias	91.138	97.175	82.045	-6,2%	11,1%
Vianorte	74.392	81.071	67.078	-8,2%	10,9%
Federais	241.905	246.785	235.726	-2,0%	2,6%
Planalto Sul	27.545	26.879	24.860	2,5%	10,8%
Fluminense	38.136	41.270	38.855	-7,6%	-1,9%
Fernão Dias	60.236	60.230	55.269	0,0%	9,0%
Régis Bittencourt	66.322	69.994	64.936	-5,2%	2,1%
Litoral Sul	49.666	48.412	51.806	2,6%	-4,1%
Outras receitas	13.793	14.347	27.332	-3,9%	-49,5%
Receitas de obras	377.691	382.984	226.806	-1,4%	66,5%
DEDUÇÕES DA RECITA	(61.659)	(60.475)	(52.532)	2,0%	17,4%
RECITA OPERACIONAL LÍQUIDA	905.060	940.690	738.121	-3,8%	22,6%
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(620.432)	(631.805)	(481.284)	-1,8%	28,9%
LUCRO BRUTO	284.628	308.885	256.837	-7,9%	10,8%
DESPESAS (RECITAS) OPERACIONAIS	(46.054)	(57.237)	(43.612)	-19,5%	5,6%
Gerais e administrativas	(45.711)	(52.496)	(43.719)	-12,9%	4,6%
Remuneração da administração	(5.251)	(6.134)	(4.418)	-14,4%	18,9%
Despesas tributárias	(1.008)	(760)	(809)	32,6%	24,6%
Outras receitas operacionais, líquidas	5.916	2.153	5.334	174,8%	10,9%
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(83.752)	(79.366)	(70.301)	5,5%	19,1%
LUCRO ANTES DOS EFETOS TRIBUTÁRIOS	154.822	172.282	142.924	-10,1%	8,3%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(53.964)	(34.664)	(50.200)	55,7%	7,5%
Corrente	(56.616)	(60.911)	(48.486)	-7,1%	16,8%
Diferido	2.652	26.247	(1.714)	-89,9%	-254,7%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	100.858	137.618	92.724	-26,7%	8,8%

ANEXO 3

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO		
(Em milhares de reais)		
	31/03/14	31/03/13
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS		
LUCRO LÍQUIDO	100.858	92.724
Ajustes para conciliar lucro líquido com caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	77.773	65.614
Baixas de ativos imobilizados	665	120
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.652)	1.714
Variação monetária e juros sobre credores da concessão	9.128	6.289
Receita com aplicações financeiras vinculadas	(3.434)	(1.960)
Juros e variações monetárias de empréstimos	23.649	27.943
Juros e variações monetárias de debêntures	54.783	33.840
Despesas financeira AVP	9.462	9.320
Constituição (reversão) de provisão p/ riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	1.739	1.889
Constituição (reversão) de provisão p/ manutenção	22.233	31.657
Redução (aumento) dos ativos operacionais:		
Contas a receber	11.511	(8.053)
Contas a receber - partes relacionadas	(3)	75
Estoques	(2.000)	1.055
Despesas antecipadas	1.995	700
Impostos a recuperar	(3.343)	(93)
Outros créditos	640	(1.712)
Cauções contratuais	(11)	2
Depósitos judiciais	(138)	(1.290)
Outras contas a receber	(18)	(76)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:		
Fornecedores	(14.997)	2.533
Fornecedores - partes relacionadas	-	1.661
Cauções contratuais	(81)	652
Obrigações sociais	6.924	7.684
Obrigações fiscais	49.395	46.887
Imposto de renda e contribuição social pagos	(52.460)	(53.823)
Receita diferida	(320)	(299)
Adiantamentos para seguros	(472)	(5.425)
Outras contas a pagar	865	3.197
Credores pela concessão	(126)	19
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(491)	(644)
Pagamento de juros	(40.411)	(34.940)
Outros passivos	(53)	28
CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO NAS) GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	250.610	227.288
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de itens do ativo imobilizado	(5.202)	(593)
Adições ao intangível	(350.611)	(245.067)
Aplicações financeiras vinculadas	(45.272)	(85.138)
Valor resgatado das aplicações vinculadas	69.191	113.772
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(331.894)	(217.026)
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Captações		
Empréstimos e financiamentos	139.733	64.832
Pagamento de juros e principal	(237.956)	(155.923)
Pagamento de credores pela concessão	(17.219)	(16.209)
CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO NAS) GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	435.280	(107.300)
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	353.996	(97.038)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	929.911	681.437
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO	1.283.907	584.399

GLOSSÁRIO

Ajuste a Valor Presente (AVP): Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638, que alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, notadamente em relação ao capítulo XV, sobre matéria contábil, que entra em vigor a partir do exercício que se inicia em 1º de janeiro de 2008. Essa Lei teve, principalmente, o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS) e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em consonância com os padrões internacionais de contabilidade.

Complementarmente a esse processo, a CVM, por meio da Instrução nº 469, de 2 de maio de 2008, orientou as companhias abertas a respeito da divulgação e do registro contábil de determinadas alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07.

Entre as principais alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07, que impactam às informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia, está a obrigatoriedade da avaliação de ativos e passivos relevantes de longo prazo, tais como "Direito de Concessão" e "Obrigações com o Poder Concedente", ao valor presente (Ajuste ao Valor Presente). Anteriormente a Companhia registrava o "Direito de Concessão" e "Obrigações com o Poder Concedente" pelo valor nominal.

Os efeitos dos ajustes ao valor presente ocorridos até 31/12/2007 das rubricas "Direito de Concessão" e "Obrigações com o Poder Concedente" foram contabilizados diretamente no Patrimônio Líquido da Companhia em 2008. A partir de 01/01/2008 os efeitos dos ajustes ao valor presente passaram a ser contabilizados diretamente nos resultados trimestrais.

Atualização Monetária do Ônus Fixo: Os contratos de concessão entre as Concessionárias Estaduais e o Poder Concedente estabelecem o reajuste pelo IGP-M dos pagamentos mensais do ônus fixo, com vencimento a partir do décimo segundo mês a contar de cada 1º de julho, data na qual também se reajusta pelo mesmo índice a tarifa dos pedágios.

Concessionárias Estaduais: Sociedades de Propósito Específico, criadas pelas vencedoras das Licitações, com as quais foram celebrados os Contratos de Concessão, tendo por objeto social específico a manutenção, conservação e operação de Concessão de Rodovias Estaduais e que tem como agência reguladora a ARTESP (Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo). A Arteris administra atualmente 4 Concessionárias Estaduais em São Paulo (Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte).

Concessionárias Federais: Sociedades de Propósito Específico, criadas pela vencedora da Licitação, com as quais foram celebrados os Contratos de Concessão, tendo por objeto social específico a exploração da Concessão de Rodovias Federais e que tem como agência reguladora a ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres). A Arteris administra atualmente 5 concessionárias Federais no Brasil (Autopista Planalto Sul, Autopista Fluminense, Autopista Fernão Dias, Autopista Régis Bittencourt e Autopista Litoral Sul).

Custos com o Poder Concedente: São pagamentos pré definidos nos contratos de concessão. Esses custos são compostos por: despesas com o 'Ônus Variável' relativos as concessionárias estaduais, que correspondem a 3% da Receita Bruta nas Concessionárias Autovias, Centrovias e Vianorte, e 3% da Receita de Pedágio acrescido de 25% da Receita Acessória; e por gastos com 'Verba de Fiscalização' e 'Desenvolvimento Tecnológico' nas concessionárias federais, que são reajustadas pelo IPCA anualmente.

EBITDA e Margem EBITDA: EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

Para o cálculo da margem EBITDA, a companhia leva em consideração a relação entre a receita operacional líquida excluindo as receitas de obras e o EBITDA.

EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustada: EBITDA ajustado pelas reversões da provisão para manutenção de rodovias. A Companhia entende que o EBITDA ajustado é a melhor representação da sua geração de caixa operacional. Para o cálculo da margem EBITDA ajustada, a companhia leva em consideração a relação entre a receita operacional líquida excluindo as receitas de obras e o EBITDA ajustado.

Grau de Alavancagem: A metodologia utilizada para determinar o grau de alavancagem leva em conta a relação Dívida Líquida (Dívida Bruta menos Disponibilidades e Caixa) dividido pelo EBITDA Ajustado pela reversão da provisão para manutenção, menos Pagamento do Ônus Fixo, constante no fluxo de caixa. Quanto menor for o grau de alavancagem maior poderá ser o montante de capital a ser financiado junto ao mercado de crédito.

Ônus Fixo: De acordo com os nossos contratos de concessão, as Concessionárias Estaduais devem pagar ao Poder Concedente um ônus fixo como contrapartida pela outorga da concessão. Estes contratos estabelecem também que o valor de tal ônus fixo deve ser pago em parcelas mensais ao longo do prazo de concessão. Optamos por contabilizar no nosso ativo o valor da outorga da concessão e no nosso passivo o total da dívida a pagar ao poder concedente pelo ônus fixo.

Pedágio por Meio Eletrônico/Sistema AVI: O sistema AVI é um sistema eletrônico de pagamento em uso nas rodovias pedagiadas. Os motoristas que aderem ao sistema AVI instalam um sensor eletrônico no para-brisa, que os identifica e reconhece a categoria de veículos que dirigem. Ao passar por uma pista com sistema AVI na praça de pedágio, antenas captam os sinais emitidos e os sensores registram a presença do veículo e calculam o valor total a ser pago, sem a necessidade de o motorista parar o veículo.

Poder Concedente: A União, o Estado, o Distrito Federal ou Município, em cuja competência se encontre o serviço público, precedido ou não da execução de obra, objeto de concessão ou permissão. (Lei Nº 8.987, de 1995 - Artigo 2 - CF. Artigo 1). O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nas condições previstas no contrato. O poder concedente conta com as agências reguladoras (ARTESP no estado de São Paulo e ANTT para o governo federal) para acompanhar e fiscalizar os serviços delegados de transportes e regular o programa de concessões rodoviárias.

Provisão para Manutenção: Estimativa dos desembolsos necessários para liquidar as obrigações presentes de manter a infraestrutura em níveis de operacionalidade definidos contratualmente considerando os desgastes derivados de seu uso. A Concessionária deverá constituir provisão com base em sua melhor estimativa dos desembolsos necessários para manter um determinado nível de serviço ou recuperar a infraestrutura dos níveis de operacionalidade antes de entregar ao poder concedente no fim do período de vigência da concessão, conforme definido contratualmente.

Reajuste de Tarifas: Conforme estabelecido nos contratos de concessão do Estado de São Paulo, as tarifas de pedágio são reajustadas sempre no mês de julho com base na variação de 12 meses do IGP-M ocorrida até 31 de maio. A partir do reajuste a ser realizado no dia 1 de julho de 2013 o IGP-M será substituído pelo IPCA como base de reajuste. Os desequilíbrios econômico-financeiros provenientes da alteração do indexador serão avaliados bianualmente e reequilibrados com o tempo de contrato. Já os reajustes nas tarifas das concessões federais ocorrerão com base na variação do IPCA, calculado pelo IBGE, entre o mês anterior a data de referência na apresentação da proposta de tarifa, ou seja, junho de 2007, e o mês anterior à data de início de cobrança de pedágios. Após esse primeiro reajuste, os demais ocorrerão anualmente também pelo IPCA acumulado nos últimos 12 meses a contar do último reajuste.

Receitas e Custos de Construção: São uma representação contábil, não caixa, advindas das novas regras trazidas pelo IFRS, que buscam traduzir o montante de investimento da Companhia em seu intangível. O valor registrado como receita de obra é exatamente o mesmo registrado como custo de obras, ou seja, seus efeitos não alteram a composição dos resultados da Companhia.

Veículos-Equivalentes: A unidade veículo-equivalente é usada como base para cobrança das tarifas de pedágio. Um automóvel de passeio é considerado um veículo-equivalente e um veículo comercial (caminhão ou ônibus) é computado pelo número de eixos possuído, sendo cada um deles contado como um veículo de passeio. Um veículo de passeio equivale a um eixo de veículo comercial.